

BASE NAVAL DO RIO DE JANEIRO/RJ

Estudo Técnico Preliminar 121/2025**1. Informações Básicas**

Número do processo: 63105.6xxxx/2025-xx

2. Descrição da necessidade

2.1 Máquina de Suspender é a máquina mais importante do convés, por ter como função içar e arriar as âncoras quando necessário, servindo também para entrar com os cabos de amarração do navio (espias) por ocasião das manobras de atracar e desatracar. Coroa de Barbotin é uma coroa dentada que fica na base das máquinas de suspender, para que nela fiquem engrazados os elos da amarra, facilitando assim o recolhimento desta ao seu paiol.

2.2 Se o eixo da coroa é vertical, a máquina chama-se cabrestante; se o eixo é horizontal, a máquina chama-se molinete ou bolinete. A coroa liga-se ao seu eixo por meio de uma embreagem ou por meio de pinos, de modo que ela pode girar livremente ou ficar rigidamente ligada ao eixo girando com ele. Liga-se a coroa ao eixo para içar o ferro ou arriá-lo sob máquina, ou para rondar a amarra por qualquer outro motivo; desliga-se para largar o ferro ou para dar mais filame.

2.3 Cabrestante serve para movimentar as espias durante as atracações/desatracações e movimentar grandes pesos. A diferença entre os cabrestantes e as máquinas de suspender está na posição dos seus tambores que, no cabrestante, fica situado na posição vertical e a sua máquina propulsora oculta, em cobertas abaixo.

2.4 A Seção de Mecânica, subdivisão do Departamento Industrial da BNRJ, é responsável pela manutenção de diversos sistemas componentes dos navios e embarcações da MB, consistindo em um processo fundamental para aumentar a vida útil e empregabilidade. Os Meios Navais só podem exercer sua função operativa quando apresentam os APARELHOS DE FUNDEAR E SUSPENDER operantes. Caso contrário, não será possível garantir o aprestamento do meio naval e o consequente cumprimento da missão da Marinha: Preparar e empregar o Poder Naval, a fim de contribuir para a defesa da Pátria; para a garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem; para o cumprimento das atribuições subsidiárias previstas em Lei; e para o apoio à Política Externa.

2.5 Os reparos dos navios e equipamentos são realizados mediante solicitação, em caso de avaria, ou visando atender ao Programa Geral de Manutenção (PROGEM), estabelecido no âmbito da MB, onde estão relacionados os períodos de manutenção programada dos navios e embarcações, visando atender ao calendário anual de atividades.

2.6 Trata-se de serviço comum, contínuo, para a consecução das necessidades dos diversos meios apoiados.

2.7 Verificada a complexidade do serviço e a necessidade de especialização e certificações, verifica-se que as possibilidades e recursos orgânicos da Organização Militar responsável não conseguem atender a referida demanda se não for por meio de terceirização.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
-------------------	-------------

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1.1 A empresa que executará os serviços deverá possuir experiência prévia nos serviços desta especificidade, assim como deverá apresentar funcionários qualificados e disponibilidade de todos os equipamentos necessários para a correta execução dos serviços durante toda a vigência do contrato.

4.1.2 A CONTRATADA deverá dispor de oficina capaz de realizar as inspeções, as medições, os reparos que eventualmente forem necessários à consecução do Objeto.

4.1.3 Os serviços serão realizados nos Navios apoiados pela Base Naval do Rio de Janeiro (BNRJ), nos seguintes endereços: Ilha de Mocanguê Pequeno, s/nº, CEP 24049-900, Niterói, Rio de Janeiro, bem como em todo o Complexo Naval de Mocanguê (CNM), no Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro (AMRJ), localizados no complexo do Comando do Primeiro Distrito Naval (COM1DN) ou na Base de Hidrografia da Marinha em Niterói (BHMN), localizada na Ponta da Armação, Niterói, RJ.

4.1.4 A CONTRATADA deverá respeitar os prazos de execução dos serviços informada pela CONTRATANTE, conforme cronograma acordado entre as partes. Quaisquer óbices relativos à execução dos serviços deverá ser informado imediatamente à CONTRATANTE.

4.1.5 Os termos técnicos deverão ser interpretados com o significado preconizado pelas normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

4.1.6 A empresa que executará os serviços deverá possuir experiência prévia de manutenção de máquina de suspender que somem 01 (um) ano, assim como deverá apresentar funcionários qualificados, disponibilidade de todos os equipamentos necessários para a correta execução dos serviços durante toda a vigência do contrato e disponibilizar galpão industrial ou área similar com infraestrutura adequada para os serviços.

4.1.7 A CONTRATADA deverá obedecer rigorosamente as especificações técnicas, bem como seguir os procedimentos de reparo, valores e descrições contidos nos manuais e procedimentos do fabricante e normas técnicas.

4.1.8 As categorias profissionais que deverão ser empregadas no serviço, dentro da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) serão:

- Apresentar pelo menos um Engenheiro Mecânico ou Engenheiro Naval e um Engenheiro Eletricista ou Eletroeletrônico com experiência comprovada conforme OBJETO através de registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA); e
- Técnicos Industriais com especialização nos serviços do OBJETO.

4.2 Toda necessidade de transporte para execução dos serviços será de responsabilidade da contratada.

4.3 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da CONTRATADA, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

4.4 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

4.5 Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.

4.6 Disponibilizar fisicamente um preposto qualificado e independente da equipe de execução, ou seja, o mesmo não poderá ser o Técnico que esteja na execução do serviço.

4.7 A documentação exigida para participação do certame como Qualificação Técnica deve demonstrar aptidão técnica do licitante para execução do objeto a ser contratado. Desta forma o licitante deverá apresentar os seguintes documentos comprobatórios na fase de habilitação da licitação:

- **ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA:** Atestado(s) / certidão(ões)/ declaração(ões) fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, comprovando ter o licitante fornecido, de forma satisfatória, material compatível em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação que somem no mínimo 03 (três) anos.

- **CERTIDÃO DE ACERVO OPERACIONAL:** A Empresa licitante deverá apresentar profissional de nível superior, engenheiro mecânico ou naval, com registro no CREA, na validade e vigente (anuidades pagas), detentor de atestado de responsabilidade técnica ou acervo técnico registrado por execução de obra ou serviço de características equivalentes ou superiores as do objeto do Termo de Referência. Este atestado ou acervo técnico deverá conter dados e informações a respeito dos serviços executados que permita a avaliação de similaridade, bem como identificação do assinante para efeito de diligenciamento. (Exigência acordo Decisão Nº: PL-2134/2012, da Sessão Plenária Ordinária 1.394, do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia – CONFEA).

O profissional supracitado será o responsável técnico pela execução e supervisão dos serviços necessários à realização do objeto, devendo estar sempre à frente dos serviços.

- **DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE MÍNIMA DE INSTALAÇÕES, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS:** A Empresa licitante deverá declarar formalmente que dispõem de instalações, equipamentos e pessoal técnico capacitado ao atendimento do padrão de qualidade exigido pelo objeto.

4.8 Necessidade de emissão de ART dos serviços executados.

5. Levantamento de Mercado

5.1 A contratação de serviços técnicos de montagem, manutenção, inspeção e reparo de componentes das máquinas de suspender (cabrestantes e molinetes) das Organizações Militares apoiadas pela Base Naval do Rio de Janeiro, será por meio de contrato de prestação de serviços.

5.2 Opta-se por realizar-se a presente licitação na modalidade Pregão, valendo-se do contrato em virtude do enquadramento das necessidades pretendidas nos requisitos fundamentais para a utilização desse sistema, a saber: necessidade de contratações frequentes, atendimento a mais de uma Organização Militar e impossibilidade de precisar o quantitativo a ser demandado, acordo incisos I, III e IV do art. 3º do Decreto nº 7.892/2013.

5.3 A fim de encontrar a melhor solução para atender à necessidade da Administração, buscou-se no mercado contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, em especial, por outras Organizações Militares Prestadoras de Serviço Industriais - OMPS-I, levando em conta os aspectos de eficácia, eficiência e economicidade.

5.4 No que tange às empresas fornecedoras de mão de obra terceirizada, tem-se que não há total domínio do mercado sobre o objeto a ser contratado, vez que existem poucas empresas, em nível nacional, regional e estadual, disponíveis, a qualquer tempo, para atendimento desse tipo de demanda. Tal fato, por si só, reduz a possibilidade de ampla participação na licitação de empresas especializadas, dificultando a competitividade do certame e a seleção da proposta mais vantajosa.

5.5 Após análise dos requisitos da contratação e levantamento de mercado, restou demonstrado que a escolha do tipo de solução a contratar é viável, satisfaz os requisitos definidos e atende aos aspectos de economicidade, eficácia e eficiência, sendo, portanto, uma solução adequada para propiciar o atingimento dos objetivos estabelecidos.

6. Descrição da solução como um todo

6.1 Os serviços de manutenção das máquinas de suspender consistem em:

A - MOTOR ELÉTRICO

REVISÃO DE ROTINA MÁQUINA DE SUSPENDER:

- Verificação da operação;
- Medição das correntes elétricas;
- Medição da resistência de isolamento;
- Inspeção dos terminais e substituição dos mesmos, caso necessário;
- Inspeção e substituição dos rolamentos (a serem fornecidos pelo navio), caso necessário; e
- Inspeção do enrolamento do motor.

SUBSTITUIÇÃO DO ENROLAMENTO DO MOTOR:

- Montagem de novo enrolamento no motor, incluindo a aplicação de verniz e fechamento de acordo com a instalação elétrica existente, bem como a substituição dos rolamentos.

B - QUADRO ELÉTRICO

INSPEÇÃO DE QUADRO ELÉTRICO DE MÁQUINA DE SUSPENDER:

- Inspeção de fusíveis e substituição dos mesmos, caso necessário;
- Inspeção de lâmpadas e substituição das mesmas, caso necessário;
- Inspeção de seccionadoras/disjuntores e substituição dos mesmos, caso necessário;
- Inspeção das botoeiras e substituição das mesmas, caso necessário;
- Inspeção da fiação do quadro elétrico até o motor;
- Inspeção de portas e tampas;
- Limpeza Geral;
- Medição de isolamento; e
- Medição de tensão.

C - ACIONAMENTO MECÂNICO DA MÁQUINA DE SUSPENDER

REVISÃO DE ROTINA DO ACIONAMENTO MECÂNICO DE MÁQUINA DE SUSPENDER:

- Verificação da operação da máquina de suspender;
- Ajuste de folgas;
- Inspeção e manutenção dos freios;
- Inspeção e manutenção das embreagens (caso necessária a sua substituição, estes sobressalentes serão fornecidos pelo navio);
- Inspeção e manutenção dos eixos (incluindo sua chavetas), coroa de barbotin e saias;
- Inspeção e substituição de pinos, contra-pinos e molas avariados;
- Inspeção nos mancais com troca de rolamentos (a serem fornecidos pelos navios), caso aplicável;
- Limpeza geral e tratamento/lixamento das peças com corrosão;
- Pintura com tinta de proteção (primer);
- Troca de graxa/óleo e lubrificação geral; e

- Alinhamento e montagem.

SUBSTITUIÇÃO DE BUCHA DE MANCAL FIXO DE SUSTENTAÇÃO DE MÁQUINA DE SUSPENDER:

- Remoção da bucha com dispositivo apropriado e macaco hidráulico;
- Caso seja necessário, utilização de maçarico para aquecimento;
- Limpeza do alojamento do mancal;
- Fornecimento e usinagem da bucha conforme desenho, especificação ou amostra;
- Medição dimensional para confecção de relatório;
- Verificação do alinhamento da nova bucha com as demais pertencentes à mesma linha de eixo;
- Instalação da nova bucha no seu alojamento usando dispositivo apropriado e macaco hidráulico; e
- Emissão de relatório final com os resultados das medições.

SUBSTITUIÇÃO DA LONA DE FREIO DA MÁQUINA DE SUSPENDER:

- Remoção da lona de freio com desgaste acentuado;
- Limpeza do alojamento do mancal;
- Fabricação de uma nova lona de freio conforme desenho, especificação ou amostra;
- Medição dimensional para confecção de relatório; e
- Instalação da lona de freio no seu alojamento usando dispositivo apropriado.

D - REDUTOR

REVISÃO DE REDUTOR DE MÁQUINA DE SUSPENDER:

- Desmontagem, inspeção, montagem e teste do redutor;
- Limpeza dos eixos, engrenagens, mancais e cárter;
- Inspeção e substituição dos rolamentos (a serem fornecidos pelo navio), quando necessário;
- Substituição de todos os elementos de vedação;
- Inspeção visual dos dentes das engrenagens;
- Inspeção de eixos e chavetas;
- Verificação do contato entre os pares dos dentes do engrenamento; e
- Troca de óleo lubrificante (a ser fornecido pelo navio).

E - BOMBA E CIRCUITO HIDRÁULICO DE ACIONAMENTO

REVISÃO DE BOMBA E CIRCUITO HIDRÁULICO ACIONAMENTO DE MÁQUINA DE SUSPENDER:

- Desmontagem, inspeção e teste da bomba de óleo;
- Inspeção e substituição dos rolamentos (a serem fornecidos pelo navio), quando necessário;
- Desmontagem, inspeção e teste das válvulas;
- Substituição dos elementos de vedação de bombas e válvulas;

- Inspeção do acoplamento motor-bomba;
- Substituição de mangueiras e conexões avariadas;
- Montagem dos acionamentos, bombas, válvulas e redes;
- Teste de funcionamento do sistema;
- Lubrificação; e
- Alinhamento da bomba com seu motor elétrico de acionamento.

F – ESTRUTURA E BASE DE SUPORTE

ESTRUTURA E BASE DE SUPORTE DA MÁQUINA DE SUSPENDER:

- Substituição dos parafusos avariados na base do equipamento;
- Furação de chapas e vigas para a instalação de parafusos de fixação; e
- Substituição de elementos estruturais (vigas, chapas e perfis) avariados, que deverão ser fornecidos pela BNRJ /navio. No serviço está incluído a soldagem desses elementos na estrutura/base do equipamento.

G - FABRICAÇÃO/FORNECIMENTO DE PARAFUSO, PORCA E ARRUELA EM AÇO ESPECIAL

FABRICAÇÃO/FORNECIMENTO DE PARAFUSO, PORCA E ARRUELA EM AÇO ESPECIAL:

- Fornecimento de tarugo em aço especial, conforme plano do navio; e
- Usinagem do parafuso para instalação a bordo.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1 Com a finalidade de atender as necessidades e a Programação de Manutenção Geral dos diversos meios apoiados por esta Base Naval, este processo será via contrato, para que se possa ter um acompanhamento e uma maior acurácia na contratação e a possibilidade de compor um histórico.

7.2 Em função de facilitar precificação do serviço, optou-se pela divisão do objeto por tipo de componentes da Máquina de Suspender, atendendo aos diversos meios navais apoiados pela BNRJ, dentre os quais: Fragatas, Corvetas, Navios de Desembarque de Carros de Combate, Navio-Escola, Navios Hidroceanográficos, Embarcações de Desembarque e outros.

Os serviços de manutenção das máquinas de suspender das Organizações Militares apoiadas pela Base Naval do Rio de Janeiro, encontram-se devidamente especificados na Tabela abaixo:

Item	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTD
MÁQUINA DE SUSPENDER DE PEQUENO PORTE (potência do motor: até 25 cv)			
1	Revisão de rotina do motor elétrico	UN	12
2	Substituição do enrolamento do motor	UN	12
3	Revisão do quadro elétrico	UN	12

4	Revisão de rotina do acionamento mecânico	UN	12
5	Substituição de bucha de mancal fixo de sustentação	UN	12
6	Substituição da lona de freio	UN	12
7	Revisão do redutor	UN	12
8	Revisão da bomba e circuito hidráulico de acionamento	UN	12
9	Reparo na estrutura e base de suporte	UN	12

MÁQUINA DE SUSPENDER DE PEQUENO PORTE (potência do motor: acima de 25 cv e até 50 cv)

10	Revisão de rotina do motor elétrico	UN	8
11	Substituição do enrolamento do motor	UN	8
12	Revisão do quadro elétrico	UN	8
13	Revisão de rotina do acionamento mecânico	UN	8
14	Substituição de bucha de mancal fixo de sustentação	UN	8
15	Substituição da lona de freio	UN	8
16	Revisão do redutor	UN	8
17	Revisão da bomba e circuito hidráulico de acionamento	UN	8
18	Reparo na estrutura e base de suporte	UN	8

MÁQUINA DE SUSPENDER DE PEQUENO PORTE (potência do motor: acima de 50 cv)

19	Revisão de rotina do motor elétrico	UN	6
20	Substituição do enrolamento do motor	UN	6
21	Revisão do quadro elétrico	UN	6
22	Revisão de rotina do acionamento mecânico	UN	6
23	Substituição de bucha de mancal fixo de sustentação	UN	6

24	Substituição da lona de freio	UN	6
25	Revisão do redutor	UN	6
26	Revisão da bomba e circuito hidráulico de acionamento	UN	6
27	Reparo na estrutura e base de suporte	UN	6
FABRICAÇÃO/FORNECIMENTO DE PARAFUSO, PORCA E ARRUELA (AÇO ESPECIAL)			
28	Parafuso de até 3/4", inclusive	UN	50
29	Parafuso de 3/4" a 1 1/2"	UN	40
30	Parafuso acima de 1 1/2"	UN	20

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 1.170.499,49

8.1 A referida pesquisa de preços realizar-se-á com os fornecedores de serviço, seguindo as diretrizes veiculadas pelo inciso I, artigo 5º da Instrução Normativa nº 73, de 5 de agosto de 2020, da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, após tentativa frustrada de se obter a cotação dos serviços supracitados pelo sítio paineldepregos.planejamento.gov.br, fato gerado devido a alta especificidade dos serviços ensejados e especificações técnicas dos equipamentos.

8.2 A cotação foi coletada por meio de orçamento em papel timbrado e assinado pelo representante da Empresa e devendo estar relacionados os custos dos itens a seguir: deslocamento de pessoal para realizar todo o processo de revisão da BNRJ, custo para atender possíveis demandas na sede da empresa, custo de mão de obra, encargos sociais, custos de administração, impostos e lucro.

8.3 O preço de referência mencionado no Termo de Referência é composto pela média das cotações válidas obtidas.

8.4 Ressalta-se que os valores inexequíveis ou excessivamente elevados foram descartados através do cálculo da média e desvio-padrão da amostra. Assim, para o cálculo do valor estimado, foi calculado a média dos valores restantes.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

O objeto da contratação é composto por serviços em Motores Elétricos, Quadros Elétricos, Acionamento Mecânico da Máquina de Suspend, Manutenção do Redutor, Manutenção da Bomba e Circuito Hidráulico de Acionamento, nas Organizações Navais apoiadas pela Base Naval do Rio de Janeiro. Compete a administração buscar o menor dispêndio possível de recursos, assegurando a qualidade na prestação do serviço, o que demanda a escolha da solução mais adequada e eficiente na ocasião da definição do objeto e a sua consecução. Nesse contexto, não obstante a relação de reciprocidade técnica dos serviços, reforçamos a imperiosidade de que os serviços sejam, em sua totalidade, executados por uma única licitante pelas justificativas que se seguem:

a) A opção do não parcelamento do objeto aduz-se no binômio menor custo x maior benefício para a Administração. Optou-se pela reciprocidade técnica necessária visando evitar problemas logísticos (diversas empresas prestando serviço em um mesmo local/equipamento), de produtividade e de continuidade dos serviços.

b) Por se tratar de item de segurança e salvaguarda é imperioso que todo o processo de manutenção cumpra o cronograma pré-definido para o Navio. As etapas da prestação de serviço devem ser interligadas e não isoladas, pois a máquina de suspender é um componente vital para o Meio Naval. O não funcionamento impacta, sobremaneira, a aprovação da operacionalidade do navio.

c) Os serviços muitas vezes são realizados contemplando mais de um item e no caso de haver mais de uma licitante o risco de ocorrer problemas no andamento do serviço, consequente atraso no cronograma e inoperabilidade do Navio é sobremaneira potencializado. Outro fator é a questão financeira, por conta da economia de escala gerada tomando por opção contratar somente uma licitante o que se observa maior vantajosidade.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não verifica-se contratações correlatas nem interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

De acordo com o preconizado no Decreto nº 11.137, de 18 de julho de 2022, torna-se dispensável a elaboração do plano de contratações anual. Apesar disso, a contratação está em consonância com o Planejamento Estratégico Organizacional (PEO) da Base Naval do Rio de Janeiro.

12. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

12.1 Com a adoção da solução de contratação de mão de obra especializada para a consecução do objeto, espera-se atender com eficácia as demandas dos diversos meios apoiados por esta OMPS-I, garantindo a empregabilidade, segurança e salvaguarda, assim como o bom andamento das atividades.

12.2 Destaca-se que inexistem quadros funcionais na Marinha do Brasil com a qualificação técnica necessária para a execução dos serviços em análise, o que impede o aproveitamento de recursos humanos existentes.

12.3 Quanto a economicidade na contratação dos serviços em questão, a Administração, ao terceirizar suas atividades meio, foca sua atuação na atividade para a qual foi instituído, na busca pela defesa da Pátria.

13. Benefícios a serem alcançados com a contratação

13.1 Com a adoção da solução de contratação de mão de obra especializada para a consecução do objeto, espera-se atender com eficácia as demandas dos diversos meios apoiados por esta OMPS-I, garantindo a empregabilidade, segurança e salvaguarda, assim como o bom andamento das atividades.

13.2 Destaca-se que inexistem quadros funcionais na Marinha do Brasil com a qualificação técnica necessária para a execução dos serviços em análise, o que impede o aproveitamento de recursos humanos existentes.

13.3 Quanto a economicidade na contratação dos serviços em questão, a Administração, ao terceirizar suas atividades meio, foca sua atuação na atividade para a qual foi instituído, na busca pela defesa da Pátria.

14. Providências a serem Adotadas

A Marinha do Brasil possui ambiente adequado e estrutura necessária ao suporte da execução do objeto.

15. Possíveis Impactos Ambientais

15.1 Serão inseridas como obrigações da CONTRATADA as seguintes disposições que se referem a critérios e práticas de sustentabilidade.

15.2 Nos termos do artigo 33, inciso IV, da Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos e Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, a contratada deverá efetuar o recolhimento e o descarte adequado do óleo lubrificante usado ou contaminado originário da contratação, bem como de seus resíduos e embalagens, obedecendo aos seguintes procedimentos:

- a) recolher o óleo lubrificante usado ou contaminado, armazenando-o em recipientes adequados e resistentes a vazamentos, de modo a não contaminar o meio ambiente, e adotar as medidas necessárias para evitar que venha a ser misturado com produtos químicos, combustíveis, solventes, água e outras substâncias que inviabilizem sua reciclagem, conforme artigo 18, incisos I e II, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata;
- b) providenciar a coleta do óleo lubrificante usado ou contaminado recolhido, através de empresa coletora devidamente autorizada e licenciada pelos órgãos competentes, ou entregá-lo diretamente a um revendedor de óleo lubrificante acabado no atacado ou no varejo, que tem obrigação de recebê-lo e recolhê-lo de forma segura, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada, conforme artigo 18, inciso III e § 2º, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata;
- c) exclusivamente quando se tratar de óleo lubrificante usado ou contaminado não reciclável, dar-lhe a destinação final ambientalmente adequada, devidamente autorizada pelo órgão ambiental competente, conforme artigo 18, inciso VII, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata.

15.3 Os serviços somente poderão ser prestados com a utilização de óleo lubrificante (que se enquadre no art. 2º Resolução nº 804, de 2019) que atenda aos seguintes requisitos:

- a) que esteja previamente registrado na ANP;
- b) de fabricante ou importador que esteja regularmente autorizado pela ANP para o exercício de sua atividade;
- c) que possua rótulo com informações em língua portuguesa, discriminadas no art. 12 da Resolução nº 804, de 2019, da ANP, que assegurem ao consumidor indicações mínimas e inequívocas sobre a natureza, as características e a aplicação do produto;
- d) classificados segundo os níveis de desempenho de uma ou mais das entidades citadas no art. 13 da Resolução nº 804, de 2019, da ANP;
- e) que não se enquadre em uma das vedações contidas no art. 15 da Resolução nº 804, de 2019 da ANP.

16. Declaração de Viabilidade


Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

16.1. Justificativa da Viabilidade

1. Ao verificar-se a complexidade do objeto que se pretende contratar, nota-se de pronto que este transcende as possibilidades e recursos orgânicos da Organização Militar responsável, no que compete às máquinas e equipamentos necessários à execução dos serviços, o que justifica a sua contratação por meio de processo licitatório.


17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Documento assinado digitalmente
 **BRUNO RODRIGUES DE FRANCA**
Data: 22/12/2025 09:07:54-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>


BRUNO RODRIGUES DE FRANCA

Equipe de apoio

Documento assinado digitalmente
 **JULIO GABRIEL DOURADO CORREIA**
Data: 19/12/2025 15:47:00-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

JULIO GABRIEL DOURADO CORREIA

Equipe de apoio

Documento assinado digitalmente
 **JORGE DE OLIVEIRA ANTUNES JUNIOR**
Data: 06/01/2026 11:00:27-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

JORGE DE OLIVEIRA ANTUNES JUNIOR

Autoridade competente

Termo de Referência 227/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
227/2025	791800-BASE NAVAL DO RIO DE JANEIRO/RJ	BRUNO RODRIGUES DE FRANCA	07/01/2026 14:06 (v 0.8)
Status			
CONCLUIDO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra		63105xxxxxx/2025

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

(Processo Administrativo nº 63105.xxxxxx/2025-xx)

TERMO DE REFERÊNCIA

1.1. Contratação Máquinas de suspender nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Revisão de rotina do motor elétrico	2486	QTD	12	R\$ 2.921,24	R\$ 35.054,94
2	Substituição do enrolamento do motor	2486	QTD	12	R\$ 2.596,66	R\$ 31.159,94
3	Revisão do quadro elétrico	2486	QTD	12	R\$ 6.167,07	R\$ 74.004,87
4	Revisão de rotina do acionamento mecânico	2486	QTD	12	R\$ 6.383,46	R\$ 76.601,53
5	Substituição de bucha de mancal fixo de sustentação	2486	QTD	12	R\$ 3.786,80	R\$ 45.441,59
6		2486	QTD	12	R\$ 3.029,44	R\$ 36.353,27

	Substituição da lona de freio					
7	Revisão do redutor	2486	QTD	12	R\$ 4.111,38	R\$ 49.336,58
8	Revisão da bomba e circuito hidráulico de acionamento	2486	QTD	12	R\$ 4.219,58	R\$ 50.634,91
9	Reparo na estrutura e base de suporte	2486	QTD	12	R\$ 3.245,83	R\$ 38.949,93
10	Revisão de rotina do motor elétrico	2486	QTD	8	R\$ 3.245,83	R\$ 25.966,62
11	Substituição do enrolamento do motor	2486	QTD	8	R\$ 4.760,55	R\$ 38.084,38
12	Revisão do quadro elétrico	2486	QTD	8	R\$ 7.032,63	R\$ 56.261,01
13	Revisão de rotina do acionamento mecânico	2486	QTD	8	R\$ 7.573,60	R\$ 60.588,78
14	Substituição de bucha de mancal fixo de sustentação	2486	QTD	8	R\$ 3.786,80	R\$ 30.294,39
15	Substituição da lona de freio	2486	QTD	8	R\$ 4.111,38	R\$ 32.891,05
16	Revisão do redutor	2486	QTD	8	R\$ 5.950,68	R\$ 47.605,47
17	Revisão da bomba e circuito hidráulico de acionamento	2486	QTD	8	R\$ 7.465,40	R\$ 59.723,23
18	Reparo na estrutura e base de suporte	2486	QTD	8	R\$ 4.111,38	R\$ 32.891,05
19	Revisão de rotina do motor elétrico	2486	QTD	6	R\$ 4.868,74	R\$ 29.212,45
20	Substituição do enrolamento do motor	2486	QTD	6	R\$ 6.708,04	R\$ 40.248,26
21	Revisão do quadro elétrico	2486	QTD	6	R\$ 8.655,54	R\$ 51.933,24
22	Revisão de rotina do acionamento mecânico	2486	QTD	6	R\$ 8.547,35	R\$ 51.284,07

23	Substituição de bucha de mancal fixo de sustentação	2486	QTD	6	R\$ 5.409,71	R\$ 32.458,28
24	Substituição da lona de freio	2486	QTD	6	R\$ 4.219,58	R\$ 25.317,45
25	Revisão do redutor	2486	QTD	6	R\$ 6.275,27	R\$ 37.651,60
26	Revisão da bomba e circuito hidráulico de acionamento	2486	QTD	6	R\$ 7.573,60	R\$ 45.441,59
27	Reparo na estrutura e base de suporte	2486	QTD	6	R\$ 4.219,58	R\$ 25.317,45
28	Parafuso de até 3/4", inclusive	2486	QTD	50	R\$ 70,33	R\$ 3.516,31
29	Parafuso de 3/4" a 1 1/2"	2486	QTD	40	R\$ 97,37	R\$ 3.894,99
30	Parafuso acima de 1 1/2"	2486	QTD	20	R\$ 119,01	R\$ 2.380,27

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente contratação tem sua necessidade devidamente justificada e os quantitativos detalhadamente fundamentados nos Estudos Técnicos Preliminares, os quais integram este Termo de Referência como apêndice, nos termos do art. 18 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

2.2. Em conformidade com o parágrafo único do art. 1º do Decreto nº 10.947, de 25 de janeiro de 2022, o Comando da Marinha está dispensado da obrigatoriedade de elaboração do Plano de Contratações Anual (PCA). Não obstante, a presente demanda está inserida no escopo do Planejamento Estratégico Organizacional (PEO) da Base Naval do Rio de Janeiro, e está alinhada com as diretrizes da respectiva Carta de Serviços, evidenciando sua aderência ao planejamento institucional vigente.

2.3. No momento, esta Organização Militar não possui Plano de Contratações Sustentáveis nem se encontra vinculada a um Plano Diretor de Logística Sustentável (PLS) no âmbito da Marinha do Brasil. Todavia, tem-se

buscado incorporar, sempre que possível, critérios de sustentabilidade ambiental, social e econômica na elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares e Termos de Referência, com base no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, expedido pelo Ministério da Economia, bem como nas disposições pertinentes da Lei nº 14.133/2021 e demais normativos correlatos.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4. SUSTENTABILIDADE

4.1. Em conformidade com o disposto no art. 11, inciso IV, e art. 20, inciso III, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e considerando as diretrizes do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, a presente contratação busca incorporar, sempre que viável, critérios de sustentabilidade ambiental, social e econômica pertinentes à natureza do objeto, ainda que este não conste expressamente listado no referido Guia.

4.2. Embora a atividade de caldeiraria não esteja especificada no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, foram identificadas oportunidades de inserção de boas práticas sustentáveis, com base nos Estudos Técnicos Preliminares e nos normativos ambientais vigentes.

4.3. Os seguintes critérios e diretrizes de sustentabilidade deverão ser observados, sempre que compatíveis com as condições técnicas e operacionais da contratação:

4.3.1. Adoção de práticas de gerenciamento adequado de resíduos sólidos gerados na execução dos serviços, especialmente resíduos metálicos e óleos, em conformidade com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010) e a Resolução CONAMA nº 275 /2001, devendo o contratado apresentar comprovação da destinação ambientalmente adequada.

4.3.2. Incentivo à utilização de materiais com menor impacto ambiental, como metais reciclados ou provenientes de fontes sustentáveis, quando tecnicamente viáveis e sem prejuízo às exigências de qualidade e desempenho.

4.3.3. Adoção de medidas de eficiência energética nos processos executivos, como o uso de equipamentos de soldagem e corte com menor consumo energético ou emissão reduzida de gases, sempre que disponíveis.

4.3.4. Observância às normas regulamentadoras de segurança e saúde do trabalho (especialmente NR-18 e NR-34), com vistas à preservação da integridade física dos trabalhadores envolvidos, promovendo condições laborais seguras e dignas.

4.3.5. Vedação ao uso de substâncias perigosas ou proibidas por normativos ambientais, trabalhistas ou sanitários, bem como incentivo ao uso de insumos com menor toxicidade.

4.4. Os critérios de sustentabilidade acima elencados integram as condições de execução contratual e serão objeto de verificação durante a fiscalização do contrato, podendo ensejar sanções nos termos da legislação vigente, em caso de descumprimento injustificado.

Subcontratação

4.5. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual. Garantia da contratação

4.3.1. Não será exigida garantia contratual, nos termos dos artigos 96 a 100 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, em razão das características do objeto ora contratado.

4.3.2. Trata-se de serviço de natureza não contínua, cuja execução será realizada por intermédio de Ata de Registro de Preços, instrumento que não impõe obrigação imediata de contratação, conforme disciplinado no art. 82 da Lei nº 14.133/2021.

4.3.3. Ademais, conforme justificado nos Estudos Técnicos Preliminares, o objeto não possui definição exata e prévia da quantidade a ser demandada, considerando-se sua execução sob demanda, o que inviabiliza a fixação de um valor de garantia proporcional e efetivamente representativo.

4.3.4. Nessas condições, a exigência de caução, seguro garantia ou fiança bancária se revelaria desproporcional, carecendo de base fática que justifique risco relevante à Administração Pública, razão pela qual opta-se, fundamentadamente, por sua não adoção.

Vistoria

4.4.1. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é recomendável e visa proporcionar aos interessados pleno conhecimento das condições, peculiaridades e eventuais restrições relacionadas ao objeto da contratação, nos termos do art. 17, inciso VII, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

4.4.2. Será assegurado aos interessados o direito de realizar vistoria técnica prévia, devidamente acompanhados por servidor designado para esse fim, de segunda a sexta-feira, das 08h00 às 16h00, mediante agendamento prévio.

4.4.3. O agendamento deverá ser solicitado com, no mínimo, 03 (três) dias úteis de antecedência, para que sejam providenciadas as autorizações de acesso às dependências da Base Naval do Rio de Janeiro, bem como para o envio da documentação necessária.

4.4.4. O contato para agendamento deverá ser realizado junto à Gerência de Contratos da Base Naval do Rio de Janeiro, por meio do telefone (21) 2189-1094 ou pelo endereço eletrônico victor.silveira@marinha.br

4.4.5. Para a realização da vistoria, o representante legal da empresa ou o responsável técnico designado deverá apresentar documento oficial de identificação e instrumento emitido pela empresa que comprove sua habilitação para representá-la na ocasião.

4.4.6. A critério da Administração, poderão ser disponibilizados outros dias e horários, conforme a conveniência do serviço e a capacidade de atendimento da Unidade.

4.4.7. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria técnica, deverá apresentar declaração formal, assinada pelo responsável técnico da empresa, atestando que detém pleno conhecimento das condições e especificidades do local de execução do objeto, responsabilizando-se integralmente por quaisquer dificuldades decorrentes do desconhecimento da área.

4.4.8. A ausência de vistoria, por opção do licitante, não poderá ser utilizada como justificativa posterior para alegações de desconhecimento das condições de execução, tampouco ensejar pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro, alteração contratual ou quaisquer outros pleitos decorrentes de situações que poderiam ter sido previamente identificadas.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: 02 dias da emissão da Nota de Empenho.

5.1.2. Descrição detalhada da execução:

A - MOTOR ELÉTRICO

REVISÃO DE ROTINA MÁQUINA DE SUSPENDER:

- Verificação da operação;
- Medição das correntes elétricas;
- Medição da resistência de isolamento;
- Inspeção dos terminais e substituição dos mesmos, caso necessário;
- Inspeção e substituição dos rolamentos (a serem fornecidos pelo navio), caso necessário; e
- Inspeção do enrolamento do motor.

SUBSTITUIÇÃO DO ENROLAMENTO DO MOTOR:

- Montagem de novo enrolamento no motor, incluindo a aplicação de verniz e fechamento de acordo com a instalação elétrica existente, bem como a substituição dos rolamentos.

B - QUADRO ELÉTRICO

INSPEÇÃO DE QUADRO ELÉTRICO DE MÁQUINA DE SUSPENDER:

- Inspeção de fusíveis e substituição dos mesmos, caso necessário;
- Inspeção de lâmpadas e substituição das mesmas, caso necessário;
- Inspeção de seccionadoras/disjuntores e substituição dos mesmos, caso necessário;

- Inspeção das botoeiras e substituição das mesmas, caso necessário;
- Inspeção da fiação do quadro elétrico até o motor;
- Inspeção de portas e tampas;
- Limpeza Geral;
- Medição de isolamento; e
- Medição de tensão.

C - ACIONAMENTO MECÂNICO DA MÁQUINA DE SUSPENDER

REVISÃO DE ROTINA DO ACIONAMENTO MECÂNICO DE MÁQUINA DE SUSPENDER:

- Verificação da operação da máquina de suspender;
- Ajuste de folgas;
- Inspeção e manutenção dos freios;
- Inspeção e manutenção das embreagens (caso necessária a sua substituição, estes sobressalentes serão fornecidos pelo navio);
- Inspeção e manutenção dos eixos (incluindo sua chavetas), coroa de barbotin e saias;
- Inspeção e substituição de pinos, contra-pinos e molas avariados;
- Inspeção nos mancais com troca de rolamentos (a serem fornecidos pelos navios), caso aplicável;
- Limpeza geral e tratamento/lixamento das peças com corrosão;
- Pintura com tinta de proteção (primer);
- Troca de graxa/óleo e lubrificação geral; e
- Alinhamento e montagem.

SUBSTITUIÇÃO DE BUCHA DE MANCAL FIXO DE SUSTENTAÇÃO DE MÁQUINA DE SUSPENDER:

- Remoção da bucha com dispositivo apropriado e macaco hidráulico;
- Caso seja necessário, utilização de maçarico para aquecimento;
- Limpeza do alojamento do mancal;
- Fornecimento e usinagem da bucha conforme desenho, especificação ou amostra;
- Medição dimensional para confecção de relatório;
- Verificação do alinhamento da nova bucha com as demais pertencentes à mesma linha de eixo;
- Instalação da nova bucha no seu alojamento usando dispositivo apropriado e macaco hidráulico; e
- Emissão de relatório final com os resultados das medições.

SUBSTITUIÇÃO DA LONA DE FREIO DA MÁQUINA DE SUSPENDER:

- Remoção da lona de freio com desgaste acentuado;
- Limpeza do alojamento do mancal;

- Fabricação de uma nova lona de freio conforme desenho, especificação ou amostra;
- Medição dimensional para confecção de relatório; e
- Instalação da lona de freio no seu alojamento usando dispositivo apropriado.

D - REDUTOR

REVISÃO DE REDUTOR DE MÁQUINA DE SUSPENDER:

- Desmontagem, inspeção, montagem e teste do redutor;
- Limpeza dos eixos, engrenagens, mancais e cárter;
- Inspeção e substituição dos rolamentos (a serem fornecidos pelo navio), quando necessário;
- Substituição de todos os elementos de vedação;
- Inspeção visual dos dentes das engrenagens;
- Inspeção de eixos e chavetas;
- Verificação do contato entre os pares dos dentes do engrenamento; e
- Troca de óleo lubrificante (a ser fornecido pelo navio).

E - BOMBA E CIRCUITO HIDRÁULICO DE ACIONAMENTO

REVISÃO DE BOMBA E CIRCUITO HIDRÁULICO ACIONAMENTO DE MÁQUINA DE SUSPENDER:

- Desmontagem, inspeção e teste da bomba de óleo;
- Inspeção e substituição dos rolamentos (a serem fornecidos pelo navio), quando necessário;
- Desmontagem, inspeção e teste das válvulas;
- Substituição dos elementos de vedação de bombas e válvulas;
- Inspeção do acoplamento motor-bomba;
- Substituição de mangueiras e conexões avariadas;
- Montagem dos acionamentos, bombas, válvulas e redes;
- Teste de funcionamento do sistema;
- Lubrificação; e
- Alinhamento da bomba com seu motor elétrico de acionamento.

F – ESTRUTURA E BASE DE SUPORTE

ESTRUTURA E BASE DE SUPORTE DA MÁQUINA DE SUSPENDER:

- Substituição dos parafusos avariados na base do equipamento;
- Furação de chapas e vigas para a instalação de parafusos de fixação; e
- Substituição de elementos estruturais (vigas, chapas e perfis) avariados, que deverão ser fornecidos pela BNRJ /navio. No serviço está incluído a soldagem desses elementos na estrutura/base do equipamento.

G - FABRICAÇÃO/FORNECIMENTO DE PARAFUSO, PORCA E ARRUELA EM AÇO ESPECIAL

FABRICAÇÃO/FORNECIMENTO DE PARAFUSO, PORCA E ARRUELA EM AÇO ESPECIAL:

- Fornecimento de tarugo em aço especial, conforme plano do navio; e
- Usinagem do parafuso para instalação a bordo.

5.1.3. Cronograma de realização dos serviços:

- Revisão de rotina do motor elétrico: 05 dias úteis
- Substituição do enrolamento do motor: 05 dias úteis
- Revisão do quadro elétrico: 05 dias úteis
- Revisão de rotina do acionamento mecânico: 10 dias úteis
- Substituição de bucha de mancal fixo de sustentação: 10 dias úteis
- Substituição da lona de freio: 05 dias úteis
- Revisão do redutor: 10 dias úteis
- Revisão da bomba e circuito hidráulico de acionamento: 10 dias úteis
- Reparo na estrutura e base de suporte: 10 dias úteis

Local da prestação dos serviços

5.2. O navio em que serão executados os serviços poderá se encontrar docado ou atracado nos seguintes endereços:

5.2.1. Base Naval do Rio de Janeiro, localizada na Ilha de Mocanguê Grande, s/nº, Ponta D'Areia – Niterói – RJ. CEP: 24.049-900;

5.2.2. Base Almirante Castro e Silva, localizada na Ilha de Mocanguê Grande, s/nº, Ponta D'Areia – Niterói – RJ. CEP: 24.049-900;

5.2.3. Base de Hidrografia da Marinha em Niterói, localizada na rua Barão de Jaceguay, s/nº, Complexo Naval da Ponta da Armação – Niterói – RJ. CEP: 24.048-900; ou

5.2.4. Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, localizado na Praça Barão de Ladário, s/nº, Ilha das Cobras – Rio de Janeiro – RJ. CEP: 20.091-000.

Materiais a serem disponibilizados

5.3. Para a perfeita execução dos serviços, a CONTRATADA deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, consumíveis, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário. Os sobressalentes serão fornecidos pelo Navio.

Informações relevantes para o dimensionamento da propostas

5.4. A demanda tem como base as seguintes características:

5.4.1. Sobre o preço ofertado deverão estar computados todas as despesas que incidam sobre o objeto, tais como fretes, seguros, encargos sociais, custos indiretos e quaisquer outros encargos, seja qual for sua natureza, além de impostos e taxas previstos na legislação em vigor, as quais ficarão a cargo da CONTRATADA.

5.4.2. O custo de toda a mão de obra e do material utilizado pela CONTRATADA, para a realização dos serviços, bem como o custo de mobilização e desmobilização dos serviços devem estar presentes na proposta.

5.4.3. Os serviços referentes ao transporte e embalagem realizado pela CONTRATADA para a execução dos serviços serão de sua inteira responsabilidade e deverão estar inclusos nos preços ofertados. Qualquer tipo de dano ou extravio que o material possa vir a sofrer durante o transporte e enquanto permanecer em suas instalações será de responsabilidade da CONTRATADA.

5.4.4. A CONTRATADA é responsável por possuir todos os aparatos ferramentais necessários para a execução do serviço.

5.4.5. O fornecimentos dos materiais a serem substituídos ficarão ao encargo da CONTRATADA.

Especificação da garantia do serviços

5.5. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:

a) Não se trata de execução de serviço com dedicação de mão de obra exclusiva;

b) Pela forma de pagamento, que acontece somente após o ateste da Nota Fiscal pelo Fiscal do CONTRATO, não há risco para a Administração;

c) No Mapa de Risco não foram identificadas ações preventivas ou de contingência que pudessem ser sanadas com a utilização da garantia contratual.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato ou pelos respectivos substitutos.

6.6.1. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.6.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.6.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.6.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.6.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.6.6. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência.

6.6.7 O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

6.7. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.7.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.8. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.8.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.8.2. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.8.3. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.9. O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

6.10. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.11. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.12. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

6.13. A CONTRATADA deverá manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR).

7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízos das sanções cabíveis, caso se constate que a CONTRATADA:

7.1.1.1. não produzir os resultados acordados.

7.1.1.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.1.1.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.2. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.3. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.3.1. nº 01 – Manutenção dos componentes das máquinas de suspender.

7.3.2. nº 02 – cumprimento das obrigações trabalhistas/previdenciárias.

Recebimento

7.4. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 02 (dois) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.4.1. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.4.2. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.4.3. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.4.4 O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.5. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.5.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

7.5.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.5.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.5.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.5.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.6. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.7. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 02 (dois) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.7.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.7.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.7.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.7.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.7.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.8. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.9 Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.10. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.11. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.11.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.12. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.13. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante.

7.14. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.18. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.20. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamentos

7.22. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.24.1. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.25. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito

7.26. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

7.27. As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.

7.28. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.29. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, tudo nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.30. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.31. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4. Multa

8.2.4.1. Moratória, para a infração descrita na alínea “d” (atraso na execução do serviço), será aplicada multa de 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias.

8.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

8.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias na apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato, por descumprimento ou cumprimento irregular de cláusula contratual, nos termos do art. 137, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

8.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” (descumprimento de cláusulas contratuais acessórias, condições de segurança, normas ambientais ou obstrução à fiscalização), será aplicada multa de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação, conforme a gravidade da infração.

8.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c”, será aplicada multa de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor total da contratação.

8.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita na alínea “b” (execução com desvio de qualidade ou fora das especificações), será aplicada multa de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação, de acordo com a extensão do dano causado à Administração.

8.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória prevista na alínea “d”, quando o atraso causar prejuízo relevante à Administração, será aplicada multa de 3% (três por cento) a 6% (seis por cento) do valor da contratação.

8.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita na alínea “a” (inexecução parcial do objeto), será aplicada multa de 3% (três por cento) a 7% (sete por cento) do valor da contratação.

8.2.4.7.1. Para fins da alínea “a”, considera-se inexecução parcial:

a entrega de peças de caldeiraria fora das dimensões ou materiais exigidos no Termo de Referência; a não substituição de itens rejeitados pela fiscalização; a omissão na remoção de resíduos ou sobras de material conforme normas ambientais; a realização de menos de 6 frentes de trabalho simultâneas, quando exigido para cumprimento de cronograma.

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. A multa aplicada poderá ser recolhida administrativamente pela CONTRATADA no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data do recebimento da comunicação oficial expedida pela autoridade competente, salvo se apresentada defesa ou recurso com efeito suspensivo, nos termos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal

8.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

9.2. O regime de execução do contrato será Empreitado por Preço Unitário.

Exigências de habilitação

9.3. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.4. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.11. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.12. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.13. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.14. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.15. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.16. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.17. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.18. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.19. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal. Qualificação Econômico-Financeira

9.20. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.21. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.22. Balanço patrimonial, demonstração do resultado do exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentadas na forma da lei, devidamente assinadas por profissional habilitado e registradas na Junta Comercial, que comprovem índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), calculados segundo as fórmulas abaixo:

$$LG = \text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo} / \text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}$$

$SG = \text{Ativo Total} / \text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}$

$LC = \text{Ativo Circulante} / \text{Passivo Circulante}$

Qualificação Técnica

9.23. A CONTRATADA na fase de habilitação deverá apresentar os seguintes documentos:

9.23.1. Registro ou inscrição da empresa no INMETRO, em plena validade, quando aplicável.

9.23.2. Declaração de ter pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.

9.23.3. Comprovação técnica de possuir colaboradores com capacidade técnica para prestação do serviço.

- As categorias profissionais que deverão ser empregadas no serviço, dentro da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) serão:

- Apresentar **pelo menos um Engenheiro Mecânico** com experiência comprovada conforme OBJETO através de registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA); e

- Técnicos Industriais com especialização nos serviços do OBJETO.

9.23.4. Declaração de experiência prévia de no mínimo 01 (um) ano nos serviços referentes ao Objeto.

9.23.5. Declaração de disponibilidade de todos os equipamentos necessários para a correta execução dos serviços durante toda a vigência do contrato.

9.23.6. Declaração de disponibilidade de local adequado para realização dos serviços.

9.24 Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.25. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

9.25.1. Deverá haver a comprovação da experiência de execução do serviço, através de atestados cujo quantitativo englobe no mínimo 30% dos quantitativos do processo.

9.25.2. Os atestados deverão referir-se a execução de serviços no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.25.3. O(s) Atestado(s) deverá(ão) ser apresentado(s) no mínimo, as seguintes informações: 1) Razão Social, CNPJ e dados de contato do órgão (ou empresa) emissor; 2) descrição do objeto contratado; 3) prazo de fornecimento e; 4) assinatura e nome legível do responsável pela gestão do fornecimento do objeto. Os dados poderão ser utilizados pela Contratante para comprovação das informações.

9.26. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

9.27. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.28. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9.29. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.29.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971.

9.29.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados.

9.29.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço.

9.29.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107

9.29.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato.

9.29.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação.

9.29.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ **1.170.499,49** (um milhão, cento e setenta mil, quatrocentos e noventa e nove reais e quarenta e nove centavo) conforme custos unitários apostos no item 1.1. deste Termo de Referência.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

As informações constantes deste Termo de Referência não possuem caráter sigiloso, ressalvado o custo estimado da contratação, cuja divulgação é restrita até a fase de julgamento das propostas, conforme previsto no § 3º do art. 24 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, com vistas à preservação da competitividade do certame.

13. ANEXO I

1.1. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato, Nota de Empenho, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, mediante solicitação formal e justificada do adjudicatário, desde que aceita pela Administração.

1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:

1.3.1. referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe integralmente aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

1.3.2. o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Dispensa Eletrônica, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.

2.5. O Contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.6. A prorrogação contratual deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.7. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.8. A contratação não poderá ser prorrogada quando o Contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3.1. São obrigações do Contratante:

3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

3.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

3.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência;

3.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;

3.1.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

3.1.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

3.1.9.1. A Administração terá o prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data do protocolo do requerimento, para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

3.1.10. Responder eventuais pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, contados do recebimento do pedido formalizado e instruído, podendo ser prorrogado, de forma motivada, por igual período.

3.1.11. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

3.1.12. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.

3.1.13. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.

3.1.14. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo Contratado, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

3.1.15. Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.

3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

4.1.1. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução contratual.

4.1.2. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

4.1.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal contratual ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

4.1.4. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das disposições do Termo de Referência e deste Anexo, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

4.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

4.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.1.7. Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.

4.1.8. Não contratar, durante a vigência da contratação, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante ou do fiscal ou gestor contratuais, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.9. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

4.1.9.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

4.1.9.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

4.1.9.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;

4.1.9.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

4.1.9.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

4.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pela contratação, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

4.11. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

4.12. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

4.13. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

4.14. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência contratual.

4.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

4.16. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

4.17. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;

4.18. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

4.19. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação;

4.20. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

4.21. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;

4.22. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta;

- 4.23. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 4.24. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 4.25. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;
- 4.26. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 4.27. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;
- 4.28. Manter os empregados nos horários predeterminados pelo Contratante.
- 4.29. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá.
- 4.30. Apresentar ao Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço.
- 4.31. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional.
- 4.32. Atender às solicitações do Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização contratual, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto.
- 4.33. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do Contratante.
- 4.34. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas na contratação, devendo o Contratado relatar ao Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.
- 4.35. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do Contratante.
- 4.36. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.
- 4.37. Estar registrado ou inscrito no Conselho Profissional competente, conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência, em plena validade.
- 4.38. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.

4.39. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

5. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

5.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão da licitação ou da contratação, a partir da apresentação da proposta no certame, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

5.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

5.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

5.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

5.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do Contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

5.6. É dever do Contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

5.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

5.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

5.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

5.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

5.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

5.11. O presente instrumento está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

5.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

6. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

6.1. A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

6.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.

6.3. Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:

6.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

6.3.2. poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

7. DOS CASOS OMISSOS

7.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

8. ALTERAÇÕES

8.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

8.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

8.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

8.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. FORO

9.1. Fica definido o foro da Justiça Federal na cidade do Rio de Janeiro, Seção Judiciária do Estado do Rio de Janeiro, para dirimir os litígios decorrentes da execução contratual que não puderem ser resolvidos por conciliação, nos termos do art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14. ANEXO II

Por meio deste instrumento, [razão social do Contratado], inscrita no CNPJ sob o nº [número], com sede à [endereço completo], neste ato representada por seu representante legal infra-assinado, declara, para os devidos fins, que:


Está ciente e concorda integralmente com todas as condições, obrigações e responsabilidades estabelecidas no Edital, no Termo de Referência e em todos os demais documentos que integram o processo licitatório/contratual, referentes ao Pregão nº __/20;

Reconhece que tais documentos constituem parte integrante do instrumento contratual ou equivalente, vinculando-o a seu fiel cumprimento;


Assume inteira responsabilidade, sob as penas da lei, pela veracidade e autenticidade das informações e documentos apresentados ao longo do processo de contratação.

15. Responsáveis


Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Documento assinado digitalmente
 **BRUNO RODRIGUES DE FRANCA**
Data: 07/01/2026 14:17:20-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

BRUNO RODRIGUES DE FRANCA
Equipe de apoio

Documento assinado digitalmente
 **JULIO GABRIEL DOURADO CORREIA**
Data: 08/01/2026 14:30:14-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

JULIO GABRIEL DOURADO CORREIA
Equipe de apoio

Documento assinado digitalmente
 **JORGE DE OLIVEIRA ANTUNES JUNIOR**
Data: 13/01/2026 14:16:01-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

JORGE DE OLIVEIRA ANTUNES JUNIOR
Autoridade competente